

Jair Bolsonaro é transferido da sede da PF para a Papudinha

Após críticas a “cativeiro”, Moraes determinou a mudança

Fabio Rodrigues-Pozzebom/Agência Brasil

Por Gabriela Gallo

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes determinou, ao final da tarde desta quinta-feira (15), a transferência do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) da Superintendência da Polícia Federal (PF) para o 19º Batalhão da Polícia Militar do Distrito Federal, conhecido como Papudinha.

O local fica dentro do Complexo Penitenciário da Papuda, mas é uma região mais afastada e controlada do presídio. Ele foi transferido no mesmo dia. A cela comporta quatro pessoas, mas será usada exclusivamente para o ex-presidente. Também estão presos em outras celas da Papudinha o ex-ministro da Justiça Anderson Torres e o ex-diretor da Polícia Rodoviária Federal (PRF) Silvinei Vasques. Eles dividem uma cela.

Em sua decisão, Moraes reitera que, “diferentemente de todos os demais réus condenados” pelos atos antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023, Bolsonaro foi encaminhado para uma cela privativa, direito por ter sido presidente da República.

“Ocorre, entretanto, que, mentirosa e lamentavelmente, vem ocorrendo uma sistemática tentativa de deslegitimar o



Bolsonaro ocupará sozinho uma cela que seria para quatro pessoas

regular e legal cumprimento da pena privativa de liberdade de Jair Bolsonaro, que vem ocorrendo com absoluto respeito à dignidade da pessoa humana e em condições extremamente favoráveis em relação ao restante do sistema penitenciário brasileiro”, reiterou o ministro, por meio de nota.

O ministro cita uma série de situações em que aliados do ex-presidente – em especial seus filhos, o senador Flávio Bolso-

naro (PL-RJ) e o vereador pelo Rio de Janeiro Carlos Bolsonaro (PL) – concederam entrevistas e fizeram declaração de que o ex-presidente estaria vivendo em situações degradantes.

Dentre as acusações, alegaram que a cela na PF era um “cativeiro” e que Bolsonaro estaria sofrendo com supostos elevados barulhos vindos do ar-condicionado da cela.

“Não há dúvidas da existência de uma campanha de notí-

cias fraudulentas com o intuito de tentar desqualificar e deslegitimar o Poder Judiciário, ignorando as condições absolutamente excepcionais e privilegiadas do cumprimento de pena privativa de liberdade em regime fechado de Jair Bolsonaro”, reiterou Moraes.

Em sua decisão, Moraes alegou que a transferência de Bolsonaro para a Papudinha garante melhores condições para o detento.

“A transferência possibilitará o início imediato da intervenção fisioterapêutica requerida pela Defesa que, segundo seus médicos, precisa ser realizada no início da noite, o que não é possível na Superintendência da Polícia Federal”, determina a decisão do magistrado.

Repercussões

Poucas horas após a transferência da prisão de Bolsonaro, aliados do ex-presidente se manifestaram críticos à determinação do STF. O líder da oposição na Câmara dos Deputados, deputado Cabo Gilberto Silva (PL-PB), classificou a decisão de Moraes como “abuso de poder”.

“Mandar Jair Bolsonaro para a Complexo Penitenciário da Papuda, é autoritarismo puro! Quando uma só pessoa acusa, julga e manda prender, o sistema falhou”, manifestou o parlamentar em suas redes sociais. “Aqui, a prisão vira recado político. Hoje é Bolsonaro. Amanhã pode ser qualquer cidadão”, completou o líder.

Além de Silva, o líder do PL na Câmara, deputado Sóstenes Cavalcante (RJ), disse que o país vive um “regime de arbítrio judicial”.

“O que vemos não é justiça. É autoritarismo de toga, abuso de poder, a caneta como cassete”.

Brigas à direita no ambiente político

Edilson Rodrigues/Agência Senado

Por Gabriela Gallo

Após a Pesquisa Genial Quaest apresentar o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) como um nome fortalecido para representar a direita na corrida presidencial de 2026, o senador reforçou sua pré-candidatura como representante do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) contra o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Em conversa com a imprensa nesta quinta-feira (15), o senador ainda deu uma cutucada na madrastra e ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro após ela interagir com um vídeo em apoio a uma possível candidatura à Presidência do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos).

“Eu nunca costurei, nunca procurei, não rodei o Brasil atrás disso, não corri atrás de ser o pré-candidato”, disse Flávio. A declaração se refere a uma estratégia de Michelle de viajar pelo

Brasil, através do PL Mulher, para tentar ficar mais conhecida e buscar um maior eleitorado para além do evangélico.

INSS

Outro desentendimento envolvendo figuras políticas da direita, desta vez vinculadas ao eleitorado religioso, foi um atrito entre a senadora Damares Alves (Republicanos-DF) e o pastor Silas Malafaia. Em uma entrevista ao SBT News no domingo (11), a senadora comentou, sem citar nomes na época, que havia igrejas evangélicas na lista de supostos envolvidos no esquema de desvios ilegais de recursos de aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Após a entrevista, a senadora foi criticada pelo pastor Silas Malafaia. “Uma acusação gravíssima dessa e a senhora não dá os nomes dos grandes líderes evangélicos e das grandes igrejas que estão en-

volvidos na falcatura da roubalheira dos aposentados do INSS? Ou a senhora dá os nomes, ou é uma leviana linguaruda”, acusou o pastor em um vídeo divulgado por meio de suas redes sociais nesta quarta-feira (14).

Após críticas do pastor Silas Malafaia, a senadora divulgou a lista das igrejas e líderes religiosos que a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) aprovou a convocação. Na lista divulgada pela senadora estão os pedidos de quebra de sigilo das seguintes igrejas: Adoração Church, Igreja Assembleia de Deus Ministério do Renovo, Ministério Deus é Fiel Church (SeteChurch) e a Igreja Evangélica Campo de Anatote.

Além das igrejas, a comissão convidou os seguintes líderes religiosos para prestar depoimento na CPMI: André Fernandes, Cesar Belucci do Nascimento, Fabiano Campos Zettel e Péricles Albino Gonçalves.



Damares divulgou a lista das igrejas evangélicas investigadas